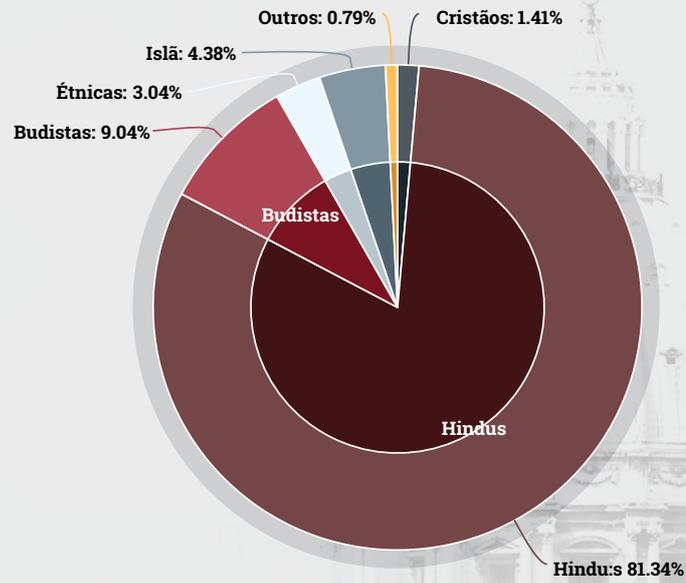


Nepal



UMA POPULAÇÃO ESMAGADORAMENTE HINDU

Como demonstra o recenseamento de 2011, o Nepal mantém-se como país maioritariamente hindu. Os próprios fiéis consideram importante o fato de há quase 240 anos o país ser a única monarquia hindu, antes de ser proclamada república em 2006. As principais minorias religiosas são os budistas e os muçulmanos, a maioria dos quais são muçulmanos sunitas. Um certo grau de sincretismo é um fator central, com muitas pessoas individualmente ligadas a uma ou outra forma de crença budista, hindu ou animista. A dimensão da minoria cristã é fonte de alguma discussão. Embora o número de católicos seja comparativamente bem conhecido, baseado nos 8 mil fiéis registrados nos vicariatos apostólicos do Nepal,^[1] o aumento das comunidades protestantes parece ser uma realidade que é tão evidente como mal definida. As Igrejas Protestantes, essencialmente evangélica e apostólica, estão presentes hoje em dia em cada um dos setenta e cinco distritos do país, mas é difícil ser preciso sobre o número de membros. O número de 2 milhões de crentes (quase 7% da população) é citado com frequência, mas nunca foi confirmado por estudos estatísticos fiáveis. Em 2011, o Reverendo Lokmani Dhakal, um pastor protestante e secretário da Sociedade Cristã do Nepal, que é a maior federação de Igrejas protestantes no país, calculou que o número de Cristãos no Nepal estava próximo de um milhão de crentes.^[2]

[1] Catholic Hierarchy (<http://www.catholic-hierarchy.org/diocese/dnepa.html>).

[2] Eglises d'Asie, 7 de Janeiro de 2011: «Le pays aurait franchi le cap des deux millions de

NATAL RETIRADO DA LISTA DE FERIADOS PÚBLICOS

A partir de 2016, o Natal já não vai ser celebrado formalmente no Nepal. Em 4 de abril de 2016, o Governo nepalês anunciou que o Natal já não vai ser um feriado público oficial.^[3] Neste país esmagadoramente hindu, o ministro do Interior, Shakti Basnet, procurou justificar a decisão nestes termos: “Fomos obrigados a tomar esta decisão para controlar a inflação no número de feriados públicos. Esta medida não é de maneira nenhuma dirigida contra os cristãos.” O Natal foi incluído como feriado público desde 2008, após a abolição da monarquia.^[4]

Os cristãos ficaram profundamente ofendidos com a decisão de 4 de abril, referindo que o país tem oitenta e três feriados públicos relacionados com o calendário religioso hindu e que um dia a mais, para o Natal, não faria uma grande diferença. Mesmo assim, o Governo manteve-se firme na sua decisão, mas esclareceu que o Natal continuaria sendo um feriado, mas apenas para os cristãos contratados pelo Estado.

chrétiens» (<http://eglise.mepasie.org/asia-du-sud/nepal/2011-01-07-le-pays-aurait-franchi-le-cap-des-deux-millions-de-chretiens>).

[3] Christian Today, 7 de Abril de 2016: «Christians threaten to protest after Nepal cancels Christmas» (<http://www.christiantoday.com/article/christians.threaten.to.protest.after.nepal.cancels.christmas/83519.htm>).

[4] Eglises d'Asie, 16 de Janeiro de 2008: «Noël et l'Id al-Fitr deviennent jours fériés» (<http://eglise.mepasie.org/asia-du-sud/nepal/2008-01-16-noel-et-l2019id-al-fitr-deviennent-jours-feries/>).

A Sociedade Cristã do Nepal contrapôs que “o Governo está procurando restringir os direitos e liberdades religiosas das minorias”, enquanto outros cristãos referiram que a verdadeira prioridade para as autoridades, em vez de impedir que o Natal seja um feriado público, deve ser reconstruir o país, após o terrível terremoto de 25 de abril de 2015, que matou 8 mil pessoas e deixou centenas de milhares de casas destruídas ou gravemente danificadas.

UMA CONSTITUIÇÃO SECULAR, ADOTADA NUMA ÉPOCA DE SOFRIMENTO

Paradoxalmente, foi este mesmo terremoto de 25 de abril de 2015 (que registrou 7,8 na escala de Richter) que finalmente tornou possível a adoção da Constituição desta muito jovem República do Nepal. Só em 16 de setembro de 2015 é que a assembleia constituinte do Nepal votou finalmente (por uma grande maioria de 507 votos, num total de 601) para aprovar a nova Constituição para o país, pondo assim fim a um processo trabalhoso e delicado que tinha sido iniciado oito anos antes. O novo texto afirma o caráter secular das instituições nepalesas, ao mesmo tempo que reduzia estritamente as liberdades religiosas.^[5]

No antigo reino hindu, o caráter secular do Estado tinha sido adotado em 2007, um ano antes da abolição da monarquia e no final de uma década de guerra civil entre as forças armadas governamentais e as guerrilhas maoístas. Mas desde então tem havido incerteza contínua quanto à forma que as futuras instituições nepalesas devem assumir. A pressão exercida pelos partidos pró-hindus foi muito poderosa e, assim, acrescentando às inúmeras outras dificuldades, nomeadamente as relacionadas com a divisão das fronteiras internas do país em sete províncias, tornou quase impossível que se alcançasse um acordo entre os membros da assembleia constituinte.

Só depois do terremoto de 25 de abril de 2015 é que, sob pressão por parte da população, os principais partidos políticos no Parlamento finalmente chegaram a um acordo, em agosto do ano passado, um acordo descrito pelos Nepaleses como “histórico”.

Foi este acordo que permitiu que o país emergisse da paralisia em que estava há mais de dez anos. Nos dias que antecederam 16 de setembro, os membros do Parlamento votaram um a um os diferentes artigos que aprovaram a futura Constituição. Em 14 de setembro, mais de dois terços rejeitaram uma alteração de um partido hinduísta que propôs declarar o Nepal como um “Estado Hindu”.

[5] Eglises d'Asie, 17 de Setembro de 2015: «Le pays se dote d'une Constitution restreignant fortement la liberté religieuse» (<http://eglasie.mepasie.org/asia-du-sud/nepal/2015-09-17-le-pays-se-dote-d2019une-constitution-a-la-fois-laique-et-restreignant-fortement-la-liberte-religieuse>).

A rejeição desta alteração foi bem acolhida pelos líderes da Igreja Católica local (que representa uma comunidade de apenas 8 mil católicos). O Padre Silas Bogati, vigário geral do vicariato apostólico do Nepal, disse: “O secularismo não é apenas uma questão religiosa. É um valor que implica liberdade religiosa e igualdade de tratamento entre todas as religiões.” E acrescentou que esta votação pela assembleia constituinte significava que o Estado não podia procurar promover uma religião à custa de outra e que devia permitir que os seus cidadãos escolham livremente as suas crenças religiosas, devendo garantir a sua liberdade de crença.

Para Samim Ansari, o coordenador da *National Muslim Struggle Alliance [Aliança Nacional da Luta Muçulmana]*, a votação representou o fim de uma longa batalha por parte das minorias religiosas, para que sejam tratadas em pé de igualdade com a maioria hindu da população. Num país onde, de acordo com o recenseamento de 2011, os muçulmanos representam apenas 4,4% da população, este porta-voz muçulmano afirmou que “cada cidadão tem direito de ter a sua liberdade religiosa garantida”.

A reação dos partidos hinduístas foi bastante diferente. A alteração rejeitada em 14 de setembro foi submetida pelo Partido *Rastriya Prajatantra*, a quarta maior entidade representada na assembleia constituinte. No dia da votação, militantes hindus manifestaram-se em frente ao Parlamento para pressionar os deputados. Depois da votação, Madhav Bhattarai, presidente da organização hinduísta Indiana no Nepal, a *Hindu Janajaguti Samiti [Comitê de Renascimento Hindu]*, declarou que a decisão dos deputados ia “contra os sentimentos (da maioria hindu da população nepalesa)”, acrescentando: “O Nepal perdeu a oportunidade de se tornar o único estado hindu no mundo. Esta é uma decisão contrária à nossa identidade.”

Todos os debates ocorreram numa atmosfera opressiva.^[6] Nas semanas que decorreram até à votação, confrontos entre as forças de segurança e os manifestantes que se opunham à Constituição proposta mataram mais de quarenta pessoas, incluindo onze polícias e um bebê de dezoito meses. Uma causa da violência foi o descontentamento por parte da minoria étnica de madhesis, que vivem nas planícies de uma faixa sul do país. Alegam que são discriminados nos termos da representação política prevista na nova Constituição. Como consequência, as regiões de fronteira entre o Nepal e o norte da Índia foram palco de tensões e violência.

Em 14 de setembro, tal como relatado no jornal Kathmandu Post,^[7] foram detonadas duas bombas em duas igrejas pro-

[6] Numa viagem pelo sul da Ásia, o Cardeal Fernando Filoni, Prefeito da Congregação para a Evangelização dos Povos, tinha preparado uma visita ao Nepal de 15 a 19 de Setembro de 2015, sobretudo para expressar a compaixão e solidariedade da Igreja Católica para com o povo nepalês devastado pelo terremoto de 25 de abril. Contudo, a sua visita foi cancelada, oficialmente por razões de segurança. Na realidade, sentiu-se que a sua visita a Catmandu poderia ter sido mal entendida e denunciada por extremistas hindus como uma manobra da Santa Sé, destinada a impedir a reposição da religião Hindu como religião estatal no Nepal.

[7] Kathmandu Post, 15 de setembro de 2015: «Bombs explode in two Jhapa churches»

testantes no distrito de Jhapa, no leste do país, causando danos materiais, mas sem vítimas. De acordo com o mesmo jornal, três policiais ficaram feridos no dia seguinte quando tentavam desativar um aparelho explosivo que encontraram numa terceira igreja cristã. No local destes ataques, a polícia encontrou panfletos produzidos pela *Hindu Morcha Nepal*, uma organização hinduísta radical.

UMA FORMA FRÁGIL DE ESTADO SECULAR QUE JÁ FOI DESAFIADA

Mas embora a afirmação do caráter secular do Estado tenha sido bem acolhida pelos líderes das minorias religiosas, outras cláusulas inseridas na nova Constituição são causa de preocupação para estas minorias. A Constituição estipula que o Estado tem o dever de salvaguardar a "*Sanatana Dharma*", um termo frequentemente traduzido pela expressão "tradição primordial" e que se refere à essência do Hinduísmo.

O artigo 26º da Constituição também é fonte de preocupação e foi descrito como "perigoso" pelo Padre Silas Bogati em julho de 2015. Enquanto a subseção 1 deste artigo declara a liberdade religiosa como um direito fundamental, a subseção 3 diz o seguinte: "Ao exercer o direito previsto por este artigo, nenhuma pessoa deverá agir ou levar outros a agir de maneira que seja contrária à saúde pública, decência e moral, ou comportar-se ou agir ou levar outros a agir para perturbar a situação de lei e ordem públicas, ou converter uma pessoa de uma religião a outra, ou perturbar a religião de outras pessoas. Este tipo de ato será punível por lei."

Este tipo de texto, que consagra a proibição de conversão na Constituição, apenas pode ser usado pelos grupos nacionalistas hindus que fazem campanha pelo regresso à monarquia e à religião Hindu, como afirmam alguns políticos nepaleses. Narayan Kaji Shrestha é vice-presidente do Partido Comunista Unido do Nepal Maoísta, o partido dos maoístas que foram derrotados nas eleições de Novembro de 2013 mas que se mantém, com oitenta deputados, como a terceira maior formação política do Parlamento. De acordo com ele, "a forma de secularismo sobre a qual os principais partidos acordaram é uma negação pura do secularismo a que apelamos pelos nossos votos."

A realidade dos últimos meses parece justificar os receios dos que estão preocupados com o possível enfraquecimento do caráter secular do Estado. Em fevereiro de 2016, o Parlamento organizou uma consulta popular relacionada com uma proposta de lei anticonversão. Se for aprovada, esta lei irá punir qualquer pessoa considerada culpada de ter convertido uma pessoa de outra religião com cinco anos de prisão e

uma multa de 50.000 rupias (662 €). Os Estados Unidos expressaram a sua "preocupação" em relação a esta proposta de lei. Segundo o Pastor Tanka Subedi, que está realizando a consulta em relação aos líderes das comunidades cristãs, a verdadeira intenção escondida por trás desta lei é minar o caráter secular das instituições e a liberdade de expressão. Subedi disse: "Esta proposta de lei não proíbe simplesmente a conversão, ela enfraquece a liberdade de expressão e o fato de praticar a religião na qual a pessoa acredita, mesmo que não tenha qualquer intenção de converter outras pessoas." E advertiu contra as intenções de certos líderes hindus, para quem o secularismo é visto como nada mais do que um cavalo de Tróia introduzido pelos cristãos nas instituições nepalesas para subverter o seu caráter fundamentalmente hindu.

Além da Constituição, várias medidas legais são discriminatórias para com os não hindus. De acordo com a atual legislação, embora as organizações hindus possam obter facilmente a personalidade jurídica, o mesmo não acontece com as instituições ou associações não hindus. Assim, estes grupos têm dificuldade em comprar ou registrar propriedades em seu próprio nome.

Os casamentos que envolvam pessoas de diferentes religiões apresentam também dificuldades, sobretudo de natureza cultural ou social, mas ao mesmo tempo a ausência de disposições legais adequadas relacionadas com estes casais pode ser uma fonte de problemas legais. Para os cristãos, a obtenção de terrenos para cemitérios é um problema recorrente.

AS ATIVIDADES DOS NACIONALISTAS HINDUS

Mesmo antes da adoção da nova Constituição, o terremoto e o influxo de ajuda externa tinha ilustrado a sensibilidade das relações entre a maioria hindu e as outras religiões minoritárias. Como consequência, neste país dos Himalaias, as rivalidades regionais geoestratégicas foram imediatamente evidentes, com a China comunista reagindo muito rapidamente através do envio de equipes médicas de primeiros socorros. Contudo, foi a Índia, que partilha laços culturais e religiosos muito próximos com o Nepal,^[8] que interveio mais rapidamente. Os seus aviões de transporte militar e os seus helicópteros de busca e salvamento foram os primeiros a aterrar em Catmandu na sequência do terremoto.

Em 27 de abril, Dattatreya Hosabale, um dos principais líderes da organização nacionalista hinduísta *Rashtriya Swayamsewak Sangh* (RSS), ou Corpo Voluntário Nacional, que está estreitamente ligada ao BJP, o partido nacionalista hindu no poder em Nova Deli, estava disponível em Catmandu para "coordenar a ajuda externa e as atividades

(<http://kathmandupost.ekantipur.com/news/2015-09-15/bombs-explode-at-jhapa-churches.html>).

[8] Eglises d'Asie, 6 de agosto de 2014: «Le Premier ministre indien acclamé comme 'le héros de l'hindouisme'» (<http://eglise.mepasie.org/asia-du-sud/nepal/2014-08-06-le-premier-ministre-indien-acclame-comme-ab-le-heraut-de-lhindouisme-bb>).

de socorro” do ramo nepalês do mesmo grupo, conhecido localmente como *Hindu Swayamsewak Sangh* (HSS).^[9] Quando lá estava, Dattatreya Hosabale reuniu com o então primeiro-ministro, Sushil Koirala, que também é presidente do Partido do Congresso Nepalês. Através das redes sociais, o RSS fez uma boa parte da mobilização dos seus simpatizantes, angariou dinheiro e tomou medidas para ir em auxílio do povo Nepalês. Ao mesmo tempo, esta organização nacionalista hindu, uma vez mais através das redes sociais, advertiu as pessoas contra os “abutres cristãos” e agências ocidentais que, diziam eles, estavam se aproveitando das operações de socorro para fazer proselitismo entre as vítimas do terremoto. Quando o website canadiano satírico *The Lapine* produziu uma notícia parodiando dizendo que 100 mil exemplares de uma Bíblia de bolso tinham sido enviados para Catmandu, “para ajudar os milhões de nepaleses desesperados, depois do terremoto ter arrasado o seu país”, esta pretensa notícia foi literalmente reproduzida como verdadeira por um conjunto de meios de comunicação indianos (especificamente a *India TV* e a *News Nation*).^[10] A paródia tinha sem dúvida bastante credibilidade, dado que foi apresentada como tendo origem na *Gideons International*, a organização cristã evangélica conhecida por distribuir Bíblias em qualquer lugar, especialmente em hotéis e hospitais. Para além deste elemento cômico, este incidente revela a sensibilidade extrema dos nacionalistas hindus nepaleses à presença de minorias religiosas e à questão da conversão.

Num incidente indiretamente relacionado, que ocorreu em agosto de 2014, o Reverendo Chhedhar Bhote Lhomi, um pastor protestante de 37 anos, foi finalmente libertado. Passou dois anos na prisão antes de ser absolvido das acusações. O pastor protestante, que era responsável por uma pequena comunidade cristã numa área remota do Nepal perto da fronteira tibetana, tinha sido encarcerado em outubro de 2012, acusado de comer carne de vaca. Esta é uma acusação extremamente rara no Nepal, apesar da fé hindu obrigar os seus fiéis a absterem-se de carne de vaca, pois a vaca é tradicionalmente um animal sagrado. Em teoria, contudo, uma vez que esta proibição apenas diz respeito aos fiéis indianos (e, de qualquer forma, há inúmeras exceções, particularmente no Nepal, que permitem certas castas e grupos étnicos de comerem carne), os membros de outras religiões não devem de fato ser afetados pela proibição. Mais ainda porque nesta parte do Nepal, que é povoada essencialmente por grupos étnicos tibetanos, aos quais o Reverendo Bhote Lhomi também pertence, comer carne é uma prática normal e totalmente permitida.

Mesmo assim, em outubro de 2012, uma multidão enraivecida de hindus atacou o pastor e destruiu a sua casa, acusando-o de ter comido “carne proibida”, mas acima de tudo de ter ele próprio matado uma vaca para alimentar a sua família (um crime considerado muito mais grave).

O recente aumento do Cristianismo nesta região do extremo nordeste do Nepal fez surgir reações violentas e rejeição por parte da comunidade local hindu.

[9] *The Indian Express*, 27 de Abril de 2015: «RSS sends its man to supervise Nepal rescue ops» (<http://indianexpress.com/article/india/india-others/rss-sends-its-man-to-supervise-rescue-ops/>).

[10] *newslaundry.com*, 30 de Abril de 2015: «Thousands of Bibles Reach Nepal And Satire Makes It To News» (<http://www.newslaundry.com/2015/04/30/thousands-of-bibles-reach-nepal-and-satire-makes-it-to-news/>)